

# SISEJUFE FIQUE POR DENTRO

# VITÓRIA!

Atuação do Sisejufe e mobilização da categoria levam à conquista do reajuste



Após uma longa luta, os servidores do Judiciário Federal puderam, enfim, comemorar a aprovação do projeto de reajuste salarial da categoria no Plenário do Senado. Aprovado em votação simbólica, na quarta-feira (30/6), o PLC 29/2016 segue agora para sanção presidencial. A vitória da categoria é resultado da política coerente da direção do Sisejufe, que não deixou de acreditar e trabalhou enfaticamente para garantir o aumento de 41% para o funcionalismo. A conquista do reajuste representa que foi acertada a postura do sindicato, sempre à frente das negociações e enfrentamentos durante a tramitação do projeto. A mobilização dos servidores também foi preponderante para o resultado final.

“A aprovação desse projeto é um marco importante para os servidores do Judiciário porque foi o possível dentro de um cenário econômico tão conturbado. Foi a vitória daqueles que não aceitaram o zero: a esmagadora maioria da categoria”, afirmou o presidente do Sisejufe, Valter Nogueira Alves.

## Como foi a sessão

O PLC 29/2016 foi votado pelos senadores logo após a audiência pública na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), que havia sido requerida pelo senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES). O parlamentar destacou, em seu discurso no Plenário, a importância da audiência na CAE, uma vez que foram esclarecidas todas as dúvidas que ainda restavam sobre os impactos orçamentários. O senador acabou votando favoravelmente ao projeto.

O senador Jorge Viana (PT-AC), relator do PLC na CAE, reforçou em Plenário que a proposta prevê a recomposição salarial parcelada, numa tentativa de reativar o poder de compra da categoria. “Desde 2014, os servidores estão à espera dessa reivindicação, que é justa”, defendeu.

O líder do DEM, senador goiano Ronaldo Caiado, destacou a importância de se votar o reajuste, principalmente depois de o ministro do Planejamento, Dyogo Oliveira, ter garantido haver recurso no orçamento para a implementação do reajuste.

O líder das minorias, Lindbergh Farias (PT-RJ),

sugeriu, como havia acordo, que fosse encaminhada primeiro a votação para depois garantir a fala dos que estavam inscritos. O senador Valdir Raupp (PMDB-RO) propôs o mesmo. Vários senadores abriram mão de discursar. O presidente do Senado Renan Calheiros encaminhou, então, a votação e o PLC 29/16 foi aprovado.

“É muito emocionante vermos finalmente o desfecho desse processo tão longo e sofrido, onde a categoria se mobilizou de maneira sem precedentes em luta histórica pela tão merecida reposição salarial. Mesmo sem a recomposição integral de todas as perdas acumuladas, o reajuste nos garante parte importante desse percentual, o que era possível nesse cenário de profunda crise; e saímos desse processo fortalecidos e renovados, reconhecendo a nossa inserção na classe trabalhadora”, comemora a diretora do Sisejufe Mariana Liria.

## Ministro do Planejamento afirmou que reajuste terá vigência a partir de julho

O ministro do Planejamento, Dyogo Oliveira, garantiu na audiência pública da CAE

que há previsão orçamentária suficiente para implementação dos reajustes dos servidores do Judiciário Federal e do Ministério Público da União e que os dois projetos estão de acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). O ministro afirmou ainda que o reajuste terá vigência a partir de julho.

Em relação ao PLC 29/2016, Dyogo Oliveira informou que houve um erro técnico por parte do STF nos valores da contribuição patronal e na parcela de junho, mas que esses problemas já foram corrigidos nos dados apresentados à Comissão e posteriormente serão alterados no projeto. O ministro afirmou ainda que o reajuste terá vigência a partir de julho.

“Esse processo foi como um jogo de xadrez que a cada minuto exigia uma nova estratégia. A tática de negociação e pressão dos diretores do Sisejufe e servidores da base junto aos deputados e senadores foi decisiva para a aprovação do projeto no Congresso Nacional”, diz Ronaldo das Virgens, diretor do Sisejufe e coordenador da Fenajufe

# Um time de 125 mil guerreiros

# VITÓ



Finalmente, pudemos soltar o grito preso na garganta! Quanta emoção vivemos: os colegas dentro do plenário do Senado junto com os parlamentares, tantos outros lotando as galerias se manifestando e você, que estava acompanhando a votação pela televisão e pelas redes sociais! Nosso time de 125 mil guerreiros já há muito despertou para a necessidade de mobilização e nos acompanhou até esse desfecho no Poder Legislativo.

E como foi longa essa jornada, que só do início da greve levou um ano e 19 dias! Quando foi mantido o veto 26 ao PLC 28, essa página infeliz de nossa história, ninguém imaginava que estava por vir uma nova e arrastada tortura. Afinal, o projeto rebaixado não tinha sido fruto de negociação sem nossa participação? Deveria ser tranquilo aprová-lo, né? Só que não. Meses e meses se seguiram de um cenário em que fomos semanalmente atropelados pela conjuntura de profunda crise que assolou o país, incluindo o afastamento da presidenta da República, do presidente da Câmara dos Deputados, prisões, delações premiadas - e a

cada novidade víamos o nosso espaço diminuindo naquelas Casas. Isso para não mencionar a divisão da categoria acerca da postura que adotaríamos diante da (única e frustrante) alternativa que se colocou em nosso caminho.

Levantamos, sacudimos a poeira, demos a volta por cima. Reiniciamos o bom combate, certos de que a esmagadora maioria da nossa categoria não estava disposta a, depois de tantos sacrifícios, amargar mais tantos anos de zero aumento no contracheque, a essa altura já conhecido como “contraxerox”. Semana após semana, ocupamos a Câmara, encarando com sangue frio cada capítulo dessa dramática e desagradável novela, a ponto de o projeto ser classificado pelo senador Jose Medeiros (MT-PSD) como o dono de uma “cabeça de jegue enterrada”.

Como o inaceitável zero nunca esteve no nosso horizonte, a batalha seguiu com aqueles que jamais deixaram de acreditar. Os frutos vieram devagar, devagarinho, mas hoje mostram que a estratégia foi acertada. É bem verdade que depois de arrancada a aprovação na Câmara, outros

também passaram a acreditar, e quem classificou inicialmente o projeto de “malfadado leitinho” passou a achá-lo bem palatável nas últimas semanas. Também é verdade que foi bonito ver novamente a união da categoria em torno de um objetivo comum.

Então é isso: aguardemos a sanção com a sensação de missão cumprida: todos nós estamos de parabéns! Mesmo sem a recomposição integral de todas as perdas acumuladas, o reajuste nos garante parte importante desse percentual, o que era possível nessa conjuntura desfavorável; e saímos desse processo fortalecidos e renovados, reconhecendo a nossa inserção na classe trabalhadora! Levemos de todo esse processo a missão de não deixar a chama apagar, sabendo que as novas lutas, como a data-base, nos encontrarão mais fortes e determinados a arrancar a vitória custe o que custar!

**Parabéns aos guerreiros e guerreiras do Judiciário Federal!**

**Deise Andrade Azevedo - TRE  
Marechal Hermes**

Parabéns, guerreiros. Me orgulho muito de ter vcs lutando por mim e pela minha família.

Obrigada por tudo. Tudo mesmo. Vcs merecem todo o meu respeito e admiração.

Vcs não estavam lutando por vcs, por objetivos mesquinhos. Não, era por nós. Por mais de 120.000 famílias, que devem a vcs toda a gratidão.

Deixaram suas famílias, filhos, trabalho. Trabalhavam aí e nos informavam aqui.

Algum escritor nato aí pra escrever um textão lindo e que expresse nossa emoção e gratidão?

Deus recompense todos vcs. Suas horas devedoras, suas vidas pausadas e adiadas.

# ORIA Servidores invadem as redes sociais após 9 anos de luta



**Hora de comemorar a vitória no Senado**

Mesmo que não tivéssemos chegado à vitória, seríamos vencedores, pois temos o orgulho e o privilégio de ter vcs aí.

Um abraço apertado de uma sindicalizada orgulhosa.

**Giselli Negrão**  
4ª VF – Niterói

Bom dia, meus queridos colegas:

Agradeço a todos pelo bom combate que nos trouxe a vitória nesta semana intensa.

Convivendo com vocês, aprendi um pouco mais sobre respeito ao próximo. Aprendi um pouco mais sobre o pensamento de ser petista, ser cutista e outras denominações que me fizeram pensar que os nossos sindicatos são plurais e nos representam.

Vocês dirigentes sindicais me inspiram um sentimento de orgulho e admiração!

DIREÇÃO DA SISEJUFEEEEEE, eu apoio vocês!

Sou grata pela oportunidade de ter participado deste grupo de trabalho!

Parabéns a TODOS que tiveram participação decisiva neste resultado!

Um forte abraço a todos e beijos pra essas mulheres de valor!

Um bom descanso, uma vida boa com saúde e abundância para todos!

 Namastê!


Deus os abençoe!



Servidores aguardam início da audiência pública na CAE

**Mônica Santana**

TRT

 Parabéns a todos os guerreiros!

 Gratidão por lutar ao lado de vocês!

Estou muito feliz e aliviada!

# Articulações da delegação do Sisejufe garantem antecipação da votação

A partir das articulações dos membros da delegação do Sisejufe, a audiência pública na Comissão Assuntos Econômicos (CAE), que estava marcada para a próxima quarta-feira (6/7), foi antecipada em uma semana, garantindo a vitória dos servidores. A presença do ministro do Planejamento, Dyogo Oliveira, na Comissão, foi solicitada pelos senadores Ricardo Ferraço (PSDB-ES) e Ronaldo Caiado (DEM-GO), que pediram mais esclarecimentos sobre os impactos financeiros do projeto.

## Como foram as articulações

Assim que foi encerrada a conturbada sessão da CAE na terça-feira, na qual a condição imposta por senadores do PSDB e do DEM inviabilizou a primeira parcela do projeto de reajuste, prevista para junho, foram iniciados os trabalhos de articulação junto à senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR), presidente da Comissão.

A diretora do Sisejufe Fernanda Lauria, o servidor Lucas Ferreira Costa e a coordenadora da Fenajufe Mara Weber, conversaram com a parlamentar para buscar uma saída. Foi sugerido à senadora a realização de duas audiências públicas com o ministro do Planejamento, sendo a primeira para tratar exclusivamente dos PLCs 26 e 29 e a outra, para tratar das demais carreiras, na data inicialmente estipulada. Gleisi Hoffmann foi à mesa do Senado e articulou com o presidente do Senado, Renan Calheiros, a realização da audiência no Plenário, ainda no mês de junho.

A senadora informou à delegação do Sisejufe que estava buscando contato com o ministro do Planejamento, mas ele estaria em reunião no TCU. Indicou, assim, que os servidores continuassem tentando, junto ao ministro, a confirmação do novo agendamento. A partir disto, Fernanda e Lucas encaminharam a orientação da senadora ao presidente do Sisejufe, Valter Nogueira, que tratou imediatamente da questão com o diretor-geral do Supremo Tribunal Federal, Amarildo Vieira, para que negociasse a vinda antecipada do ministro Dyogo ao Plenário da Casa.

Nesse momento, em nova conversa com a presidente da CAE, Gleisi alertou que, para a vinda



Jorge Viana ouviu os servidores e entrou em contato com outros senadores para antecipar a audiência pública



Gleisi: a única pendência seria o consentimento das lideranças do governo

de Dyogo Oliveira, a única pendência seria o consentimento das lideranças do governo no Senado e, principalmente, a não oposição por parte do PSDB. Lauria, então, entrou em contato com o senador Humberto Costa (PT-PE) para que fosse estabelecido diálogo com os senadores Romero Jucá (PMDB-RR), ex-ministro do Planejamento, e Aloysio Nunes (PSDB-SP), líder do governo no Senado, o que foi alcançado com sucesso. A articulação também contou com o apoio do senador Lindbergh Farias (PT-RJ).

O senador Ricardo Ferraço, abor-

dado pelos dirigentes do Rio e de outros estados, além dos coordenadores da Fenajufe, informou que não apresentaria objeção a antecipar a audiência pública para tratar apenas das carreiras do MPU e PJI.

O relator do PLC 29/2016, senador Jorge Viana, apresentou, juntamente com Romero Jucá, o encaminhamento de convocação do ministro para a sessão plenária da última quarta-feira de junho, com o apoio da senadora Gleisi. No entanto, encontraram resistência do senador Waldemir Moka (PMDB-MS), que insistiu na realização da referida audiência pública na própria CAE.

O acordo final estabeleceu que a reunião com o ministro do Planejamento seria na Comissão e que o

projeto seguiria imediatamente para votação em plenário, estratégia que viabilizou a aprovação no dia seguinte.



Os senadores Lindbergh Farias e Gleisi Hoffmann apoiaram a luta na reta final